



Relatório & Contas
2016

FUNDAÇÃO ALFREDO DE SOUSA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	2016	2015
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	5.382.643,96	1.217.256,99
Ativos Intangíveis	6	162.400,00	162.400,00
Total do ativo não corrente		5.545.043,96	1.379.656,99
ATIVO CORRENTE:			
Estado e outros entes públicos	13	89.671,00	103.180,82
Fundadores	10	8.460.000,00	-
Outros créditos a receber	8	8.642,10	1.000.000,00
Diferimentos	9	79,57	-
Caixa e depósitos bancários	4, 8	2.462.214,87	285.447,90
Total do ativo corrente		11.020.607,54	1.388.628,72
Total do ativo		16.565.651,50	2.768.285,71
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundos	10	12.472.400,00	2.592.400,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	10	2.501.786,43	-
Resultados transitados	10	(352.833,10)	-
		14.621.353,33	2.592.400,00
Resultado líquido do período	10	(309.204,08)	(352.833,10)
Total do fundo patrimonial		14.312.149,25	2.239.566,90
PASSIVO:			
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	11	2.099.480,12	473.856,07
Estado e outros entes públicos	13	1.737,06	358,84
Outras passivos correntes	12	152.285,07	54.503,90
Total do passivo corrente		2.253.502,25	528.718,81
Total do passivo		2.253.502,25	528.718,81
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		16.565.651,50	2.768.285,71

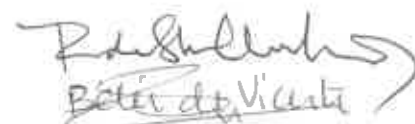
O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Contabilista Certificado



Nuno Alexandre Costa

Conselho de Administração







FUNDAÇÃO ALFREDO DE SOUSA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2016	2015
Fornecimentos e serviços externos	14	(303.997,54)	(457.871,11)
Outros rendimentos e ganhos	15	179,47	105.500,00
Outros gastos e perdas	16	(4.511,45)	(103,15)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(308.329,52)	(352.474,26)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(308.329,52)	(352.474,26)
Resultado antes de impostos		(308.329,52)	(352.474,26)
Imposto sobre o rendimento do período	7	(874,56)	(358,84)
Resultado líquido do período		(309.204,08)	(352.833,10)


O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Contabilista Certificado



Nuno Alexandre Costa

Conselho de Administração




Henrique Lourenço




FUNDAÇÃO ALFREDO DE SOUSA
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS
NOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Montantes expressos em Euros)

2016

	Notas	Fundo realizado	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do fundo patrimonial
Posição no início do período 2016		2.592.400,00	-	-	(352.833,10)	2.239.566,90
Alterações no período:						
Alterações do normativo contabilístico NCRF-27	10	<u>8.460.000,00</u>	<u>8.460.000,00</u>	-	-	<u>8.460.000,00</u>
		<u>2.592.400,00</u>	<u>8.460.000,00</u>	-	<u>(352.833,10)</u>	<u>10.699.566,90</u>
Resultado líquido do período					<u>(309.204,08)</u>	<u>(309.204,08)</u>
Resultado integral					<u>(662.037,18)</u>	<u>10.390.352,82</u>
Operações com Instituidoras						
Realização de fundos		1.420.000,00	-	-	-	1.420.000,00
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	(352.833,10)	352.833,10	-
Aplicação de resultados		-	-	-	-	-
Doações recebidas		-	2.501.786,43	-	-	2.501.786,43
		<u>1.420.000,00</u>	<u>2.501.786,43</u>	<u>(352.833,10)</u>	<u>352.833,10</u>	<u>3.921.786,43</u>
Posição no fim do período 2016	10	<u>4.012.400,00</u>	<u>10.961.786,43</u>	<u>(352.833,10)</u>	<u>(309.204,08)</u>	<u>14.312.149,25</u>

2015


	Notas	Fundo realizado	Incrementos patrimoniais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do fundo patrimonial
Posição no início do período 2015		-	-	-	-	-
Resultado líquido do período					<u>(352.833,10)</u>	<u>(352.833,10)</u>
Resultado integral	10				<u>(352.833,10)</u>	<u>(352.833,10)</u>
Operações com Instituidoras						
Realização de fundos		<u>2.592.400,00</u>	-	-	-	<u>2.592.400,00</u>
		<u>2.592.400,00</u>	-	-	-	<u>2.592.400,00</u>
Posição no fim do período 2015	10	<u>2.592.400,00</u>	-	-	<u>(352.833,10)</u>	<u>2.239.566,90</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações nos fundos patrimoniais dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Contabilista Certificado


Nuno Alexandre Costa

Conselho de Administração


Frederico Augusto Belandier



Henrique Lourenço





FUNDAÇÃO ALFREDO DE SOUSA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Pagamentos a fornecedores		(665.603,12)	(1.250.000,00)
Caixa gerada pelas operações		(665.603,12)	(1.250.000,00)
Pagamento / recebimento do Imposto sobre o rendimento		(179,41)	-
Outros recebimentos / pagamentos		(94.272,92)	105.447,90
Fluxos das atividades operacionais [1]		(760.055,45)	(1.144.552,10)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(1.978.664,01)	-
Fluxos das atividades de investimento [2]		(1.978.664,01)	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de fundos e de outros fundos patrimoniais		2.420.000,00	1.430.000,00
Doações		2.495.486,43	-
Fluxos das atividades de financiamento [3]		4.915.486,43	1.430.000,00
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		2.176.766,97	285.447,90
Caixa e seus equivalentes no início do período		285.447,90	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	2.462.214,87	285.447,90

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Contabilista Certificado



Nuno Alexandre Costa

Conselho de Administração


Rui Galvão
Presidente do Conselho de Administração



Henrique Lourenço





FUNDAÇÃO ALFREDO DE SOUSA

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

(Montantes expressos em Euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A FUNDAÇÃO ALFREDO DE SOUSA ("Fundação" ou "FAdS") é uma fundação sem fins lucrativos, com sede em Cascais, constituída em dezembro de 2015, que tem como atividade principal a formação avançada de recursos humanos com fins educacionais e científicos, mediante uma atividade de caráter predominantemente científico, através da promoção do ensino e da investigação científica, nas áreas da economia e gestão e em atividades conexas, orientadas exclusivamente para o apoio ao desenvolvimento e ao financiamento da *Nova School of Business and Economics (Nova SBE)*.

Adicionalmente, e decorrente da sua atividade principal, a Fundação realizará ainda contratos de cedência de espaço tendo em vista a exploração e realização de atividades variadas no *campus*, nomeadamente no que diz respeito à área destinada à restauração, estacionamento e ginásio.

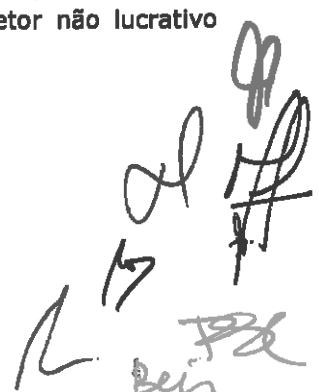
As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de de de 2017.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Fundação, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas Interpretativas aplicáveis ao período findo em 31 de dezembro de 2016, da NCRF-ESNL.

De acordo com o Decreto-Lei nº 36-A/2011 as entidades que prossigam a título principal uma atividade sem fins lucrativos e que não possam distribuir aos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro direto, devem adotar o normativo para as entidades do setor não lucrativo obrigatoriamente a partir de 2012.



3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro – Entidades do Setor Não Lucrativo.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Fundação operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Fundação dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Informa-se que os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras não são comparáveis na medida em que a Fundação iniciou a sua atividade em dezembro de 2015, pelo que a informação relativa ao período findo a 31 de dezembro de 2015 apenas corresponde a um mês de atividade. A rubrica Fundo Patrimonial também não é comparável entre os dois anos, decorrente da alteração do normativo, nomeadamente da NCRF – 27, na medida em que em 2015 o valor registado no Fundo Patrimonial correspondia ao valor efetivamente realizado e em 2016 ao valor subscrito, encontrando-se o valor por realizar espelhado numa rubrica de ativo.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis correspondem na sua totalidade a ativos fixos tangíveis em curso e encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida. A este valor não foram deduzidas perdas por imparidade por não existirem perdas por imparidade significativas.

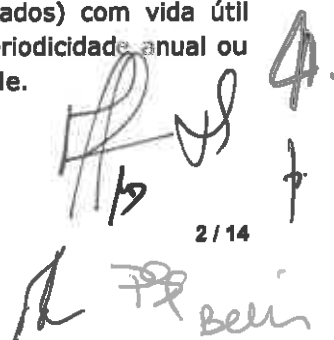
Os ativos fixos tangíveis em curso não foram depreciados uma vez que ainda não se encontram finalizados.

3.3 Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis correspondem ao direito de superfície sobre um prédio urbano que será amortizado aquando da finalização dos ativos fixos tangíveis em curso.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual ou menor, sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

Handwritten signatures and initials, including the name 'Belin' and the date '2/14'.

3.4 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Fundação com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. A 31 de dezembro de 2016 e 2015 não existem situações de perdas de imparidade de ativo fixo tangível a registar.

3.5 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Fundação se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(I) Ao custo

São mensurados “ao custo” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. O custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outros passivos correntes

Os saldos de fornecedores e de outros passivos correntes são registados ao custo amortizado. O custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature, the date 3/14, and other initials.

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados nas rubricas "Perdas por reduções de justo valor" e "Ganhos por aumentos de justo valor".

(iii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em Investimentos em Instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

(iv) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Fundação desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Fundação desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.6 Outras variações nos fundos patrimoniais

A variação patrimonial corresponde a donativos associados a ativos não correntes são inicialmente reconhecidos em fundos patrimoniais, sendo subsequentemente imputados como rendimentos do exercício durante a construção dos ativos com os quais se relacionam.

GA.
19
4/14
FE Belu

3.7 Juízos de valor críticos e principais fontes de Incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas, mas não de forma significativa.

3.8 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no fundo patrimonial, caso em que são registados no fundo patrimonial.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Fundação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Não existem situações de ativos e passivos por impostos diferidos.

3.9 Especialização de exercícios

A Fundação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos, nas rubricas de devedores por acréscimos de rendimentos e credores por acréscimos de gastos.

3.10 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

Não existem acontecimentos subsequentes à data de fecho das contas a 31 de dezembro de 2016 e 2015.

5/14
A
p.
Belin

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015 detalha-se conforme se segue:

	2016	2015
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	2.462.214,87	285.447,90
	<u>2.462.214,87</u>	<u>285.447,90</u>

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Mais se Informa que no período findo a 31 de dezembro de 2016 a Fundação alterou o critério de reconhecimento relativamente aos donativos recebidos no âmbito do financiamento da construção do Campus Nova 2020. Os donativos recebidos no banco no período findo a 31 de dezembro de 2016 ascenderam a 2.495.486,43 Euros e foram reconhecidos como "Fluxos de caixa das atividades de financiamento". Por sua vez, no período findo a 31 de dezembro de 2015 os donativos recebidos no valor de 105.000,00 Euros foram considerados como "Fluxos de caixa das atividades operacionais".

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o movimento ocorrido no montante dos ativos fixos tangíveis em curso, foi o seguinte:

	2016	
	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos		
Saldo Inicial	1.217.256,99	1.217.256,99
Aquisições	4.165.386,97	4.165.386,97
Saldo final	<u>5.382.643,96</u>	<u>5.382.643,96</u>
Ativos líquidos	<u>5.382.643,96</u>	<u>5.382.643,96</u>

As Aquisições são relativas às obras de construção do Campus, nomeadamente o valor de 3.865.466€ faturado pelos fornecedores Alves Ribeiro SA e HCI Construções, e 145.001€ de gastos com o pedido de financiamento (nota 12.)


6/14
Beli

2015

	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos		
Aquisições	1.217.256,99	1.217.256,99
Saldo final	1.217.256,99	1.217.256,99
Ativos líquidos	1.217.256,99	1.217.256,99

6 ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o movimento ocorrido no montante dos ativos Intangíveis, foi o seguinte:

2016

	Direitos de Superfície	Total
Ativos		
Saldo inicial	162.400,00	162.400,00
Aquisições	-	-
Saldo final	162.400,00	162.400,00
Ativos líquidos	162.400,00	162.400,00

2015

	Direitos de Superfície	Total
Ativos		
Aquisições	162.400,00	162.400,00
Saldo final	162.400,00	162.400,00
Ativos líquidos	162.400,00	162.400,00

O montante 162.400€ é relativo ao direito de superfície do qual a Fundação é titular, pelo prazo de 50 anos, sobre o terreno situado em Carcavelos, onde está a ser construído o novo campus, sito na Avenida Marginal, no lugar e freguesia de Carcavelos, concelho de Cascais, descrito na Segunda Conservatória do Registo Predial de Cascais, sob o número quatro mil quatrocentos e quarenta e um da referida freguesia, inscrito na matriz da união de freguesias de Carcavelos e Parede, sob o artigo 7501.

O referido prazo é automaticamente prorrogado por períodos de 25 anos, salvo no caso de a Fundação Alfredo de Sousa denunciar o contrato.

Este montante será amortizado aquando da finalização dos ativos fixos tangíveis em curso.



 7/14

7 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Fundação dos anos 2015 e 2016 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Fundação entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhado conforme se segue:

	2016	2015
Imposto corrente e ajustamentos		
Imposto corrente do período	874,56	358,84
Gasto com impostos sobre o rendimento	874,56	358,84

O imposto corrente do período é calculado da seguinte forma:

	2016	2015
Matéria Coletável	-	-
Taxa imposto	21,0%	21,5%
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado	-	-
Tributação autónoma	874,56	358,84
Gasto com imposto sobre o rendimento	874,56	358,84

A Fundação encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), à taxa de 21% para o período de 2016, uma vez que não exerce a título principal, atividades de natureza comercial, industrial e agrícola, segundo o artigo 87.º n.º 5 do Código do IRC ("CIRC"). As referidas taxas incidem sobre o valor de rendimentos que sejam enquadráveis nas diversas categorias previstas no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS).

Os donativos foram considerados isentos em termos de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e não existem rendimentos em 2016 de atividades comerciais.

Nos termos do artigo 88.º do CIRC, a Fundação encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

8 ATIVOS FINANCEIROS

Categorias de ativos financeiros

As categorias de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são detalhadas conforme se segue:

Handwritten signatures and initials, including "Belin" and "8/14".

Disponibilidades

	2016			2015		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Depósitos à ordem	2.462.214,87	-	2.462.214,87	285.447,90	-	285.447,90
	2.462.214,87	-	2.462.214,87	285.447,90	-	285.447,90

Outros créditos a receber

	2016			2015		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
NForum Executivos	6.300,00	-	6.300,00	1.000.000,00	-	1.000.000,00
IVA a regularizar	2.342,10	-	2.342,10	-	-	-
	8.642,10	-	8.642,10	1.000.000,00	-	1.000.000,00

O saldo da rubrica "IVA a regularizar" corresponde ao IVA de faturas de compras registadas mas cujo IVA não foi ainda considerado no reporte da declaração periódica de IVA.

Os referidos ativos financeiros encontram-se mensurados ao custo menos perdas por imparidade. À data de 31 de dezembro de 2016 e 2015 não existem perdas de imparidade a registar.

Existem protocolos com várias entidades, com promessa de donativos a receber no futuro que, a esta data, ascendem a um montante de cerca de 12 milhões de euros.

9 DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica do ativo corrente "Diferimentos" apresentava a seguinte composição:

	2016	2015
Licenças	79,57	-
	79,57	-

10 FUNDOS PATRIMONIAIS

Fundos

Em 31 de dezembro de 2016 o Fundo Patrimonial subscrito é de 12.472.400,00 Euros, do qual se encontra por realizar 8.460.000,00 Euros.

9/14
Belin

São membros instituidores da Fundação Alfredo de Sousa, as seguintes entidades:

Entidades	Valor subscrito	Valor realizado	Valor por realizar
Banco Santander Totta (Nota 17)	6.300.000,00	840.000,00	5.460.000,00
Jeronimo Martins SGPS (Nota 17)	5.000.000,00	2.000.000,00	3.000.000,00
Sindcom	1.000.000,00	1.000.000,00	-
Nova SBE	10.000,00	10.000,00	-
Município de Cascais	162.400,00	162.400,00	-
	12.472.400,00	4.012.400,00	8.460.000,00

A Fundação pelo facto de ser uma entidade sem fins lucrativos encontra-se dispensada da constituição de Reservas.

Outras variações nos fundos patrimoniais

No decorrer do ano de 2016, a Fundação Alfredo de Sousa recebeu donativos que ascenderam a 2.501.786,43 Euros que serão aplicados na construção do Campus de acordo com o previsto nos Estatutos da Fundação (cf. art. 4.º, n.º 2, a).

A rubrica Fundo Patrimonial não pode ser comparável entre os anos de 2016 e 2015, devido à alteração do normativo contabilístico decorrente da alteração da NCRF – 27, dado que em 2016 no Fundo está registado o valor subscrito e a parcela do fundo ainda não realizada se encontra espelhada em ativo, na rubrica de Fundadores. Em 2015 a rubrica Fundo Patrimonial apenas refletia a quantia realizada.

11 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

	2016	2015
Fornecedores, conta corrente	2.099.480,12	473.856,07
	2.099.480,12	473.856,07

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo desta rubrica correspondia essencialmente à dívida da Fundação para com os fornecedores Alves Ribeiro, SA. e HCI - Construções, SA. (cada um no valor de 978.081,71 Euros, correspondente a um total de 1.956.163,42 Euros, referente às faturas de novembro e dezembro). Por sua vez, em 31 de dezembro de 2015, o saldo desta rubrica correspondia na totalidade à dívida da Fundação para com a NForum Executivos.

Handwritten signatures and initials, including a date stamp "10/14".

12 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de "Outros passivos correntes" apresentava a seguinte composição:

	2016	2015
Credores por acréscimos de gastos		
Honorários	-	1.000,00
Advogados	-	53.214,40
Auditoria	496,85	-
Consultoria Fiscal	16.924,98	-
Contabilidade	2.070,36	-
Eventos organizados	2.948,36	-
Serviços relacionados com a construção Campus	9.869,42	-
Gastos Equipa	12.474,00	-
Serviços <i>Due Diligence</i> - Financiamento	106.001,10	-
Outros	1.500,00	289,50
	<u>152.285,07</u>	<u>54.503,90</u>

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da rubrica "Serviços Due Diligence" está relacionado com os serviços referentes ao pedido de empréstimo ao Banco Europeu de Investimento para a construção do Campus. Estes montantes foram reconhecidos em ativos tangíveis em curso.

13 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

	2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
Estimativa de Imposto	-	874,56	-	358,84
Retenção na fonte	-	862,50	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado	<u>89.671,00</u>	-	<u>103.180,82</u>	-
	<u>89.671,00</u>	<u>1.737,06</u>	<u>103.180,82</u>	<u>358,84</u>

A 31 de dezembro de 2016 o valor do Imposto sobre o valor acrescentado foi apurado tendo por base uma percentagem de afetação de parte dos bens e serviços correspondente ao pro-rata de 84,71% (2015: 32,04%).

14 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhada conforme se segue:

11/14
p. 13
Bein

	2016	2015
Trabalhos especializados	289.620,73	439.471,76
Publicidade e propaganda	5.879,21	16.501,56
Serviços bancários	378,88	50,10
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	62,93	-
Material de escritório	2.295,81	-
Artigos para oferta	50,00	-
Deslocações e estadas	2.010,22	1.794,22
Rendas e alugueres	762,51	-
Comunicação	81,95	3,47
Contencioso e notariado	431,57	50,00
Despesas de representação	2.423,73	-
	303.997,54	457.871,11

A 31 de dezembro de 2016, o saldo da rubrica "Trabalhos especializados" resulta essencialmente de gastos incorridos no âmbito do processo de desenvolvimento e arranque de atividade da Fundação, nomeadamente consultores, advogados e outros trabalhos especializados. Verifica-se uma redução de cerca de 150.000€, dos quais 110.000€ são relativos a advogados, por ter havido menos gastos em 2016 relacionados com a constituição da Fundação.

15 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é conforme se segue:

	2016	2015
Donativos	-	105.500,00
Excesso de estimativa	179,43	-
Outros	0,04	-
	179,47	105.500,00

No exercício findo a 31 de dezembro de 2016 houve uma alteração no procedimento contabilístico. Os donativos recebidos a partir de 2016 foram reconhecidos como outras variações nos fundos patrimoniais, sendo subsequentemente imputados como rendimentos do exercício durante a depreciação dos ativos com os quais se relacionam.

16 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é conforme se segue:

	2016	2015
Impostos indiretos	4.439,52	2,00
Multas e penalidades	71,93	75,00
Outros	-	26,15
	4.511,45	103,15

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da rubrica "Impostos indiretos" resulta essencialmente do imposto de selo liquidado na sequência da doação do terreno como contribuição do fundo patrimonial inicial para a construção do Campus, por parte do município de Cascais.

Handwritten signatures and initials are present in the bottom right corner of the page, including a large signature and the name "Belu".

19 OUTRAS OBSERVAÇÕES

No final de 2016, a Fundação celebrou um contrato de promessa compra e venda com a Universidade Nova de Lisboa para alienação de fração do edifício do Campus de Carcavelos. O valor prometido ascende a 9.851.000€.

Não existem quaisquer garantias reais prestadas pela Fundação.

Não existem quaisquer processos judiciais em curso contra a Fundação.

CONTABILISTA CERTIFICADO

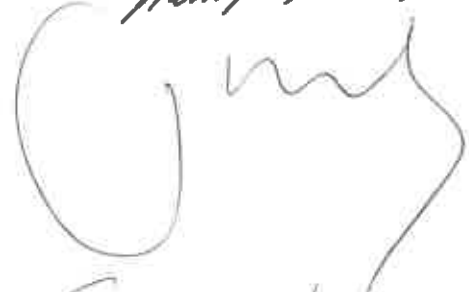


Nuno Alexandre Costa

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Henrique Lourenço



Francisco Lourenço





RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Fundação Alfredo Sousa que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016 que evidencia um total de 16.565.651 euros e um total de Fundos patrimoniais de 14.312.149 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 309.204 euros, a Demonstração de resultados por natureza, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro para entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro para entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



HT

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro para entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, no termos da Norma de Contabilidade e Relato Financeiro para entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria



Macedo, Caldas & Bento
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 17 de Julho de 2017

MACEDO, CALDAS & BENTO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N° 190

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n° 20161490

Representada por

Dra. Maria José Nogueira de Albuquerque Vaz Caldas,

Revisor Oficial de Contas n° 816

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n° 20160779